

NA FORJA DA “ARQUITETURA REGIONAL”

Entre o determinismo geográfico e as desinências nacionalistas: o caso açoriano

Isabel Soares de Albergaria
Universidade dos Açores. CHAM

Palavras-chave: determinismo geográfico, “Regional” versus “Nacional”, arquitectura popular açoriana, “estilos sub-regionais”, 1ª metade do século XX

Introdução

O conceito de "geografia da arte" (ou *Kunstgeographie* na consagrada expressão alemã) radica na longa tradição do determinismo ambiental, pensamento que postula o peso das condições físicas e mesológicas sobre a conduta humana, os seus traços psico-sociais e as suas manifestações artístico-culturais. Este raciocínio justifica a ideia de que a arte, como síntese do meio, tem em cada região um carácter definido¹. Tal asserção, estendida do plano regional ao nacional, justifica por igual a intenção de criar uma produção artística de expressão regionalista ou nacionalista, conduzindo à formação de núcleos espacialmente definidos de identidades nacionais/regionais.

Ao longo da segunda metade do século XIX e, sobretudo, na viragem para o século XX, as abordagens acerca da geografia da arte assentaram nas premissas estabelecidas por um evolucionismo etnogenético de carácter antropológico, de raiz darwinista, que se converteu no fermento ideológico dos movimentos regionalistas e nacionalistas na arte, disseminados um pouco por toda a Europa, e também presentes em Portugal.

Tendo este quadro por pano de fundo, o inquérito que se intenta levar a cabo centra-se em torno das representações da arquitetura popular açoriana, tal como estas surgiram, de forma “voluntária” mas, numa primeira fase, em contexto ainda desfavorável à eclosão de um discurso positivo e unificador da realidade arquipelágica, sendo convertidas, durante a I República, numa narrativa assente nos valores da singularidade e da diferença que abraçam o universo insular como um todo coletivo possuidor de “alma própria”.

¹ A evolução do discurso sobre Arte que a relaciona com os fatores geográficos, no sentido dos efeitos diretamente produzidos pelo meio ambiente sobre a produção humana, constitui matéria abordada de forma fascinante por Thomas Da Costa Kauffmann em *Toward a Geography of Art*, Chicago and London: The University Chicago Press, 2004.

As primeiras aproximações ao tema da arquitetura regional, dispensadas pelo texto escrito ou pela imagem (pintura s/ tela, e pintura cerâmica, fotografias, BPI, desenhos e gravuras), revelam-se pouco substantivas, meras modalidades da paisagem, ou, ainda, vistas como «produto do território»², cujas formas simples e aparência pobre derivariam do extremo isolamento do arquipélago a serem a expressão imediata dos fracos recursos materiais disponíveis.

A evolução sofrida no âmbito do pensamento regionalista leva a considerar a arquitetura popular numa outra perspectiva, de sentido tipológico e morfológico mais denunciado, a que não faltariam os ingredientes próprios do discurso nacionalista, veiculado pela formalização de propostas (hegemonizada ou singularizada em estilos sub-regionais) que se afastam da atitude “contemplativa” ou pitoresca inicialmente consagrada aos temas populares. O micalense Luís Bernardo Leite Ataíde (1883-1955) faz eco do movimento protagonizado por Raul Lino propondo uma «casa de carácter regional» que depois evoluirá para a consagração do «estilo micalense». Enquanto que na Terceira o seu exato contemporâneo, Luís da Silva Ribeiro (1882-1955), revelava-se um etnógrafo atento e atualizado, acérrimo defensor do talento artístico do povo açoriano, a quem atribui os valores superiores do espírito nacional. Silva Ribeiro não prestará grande atenção à arquitetura regional mas a seu lado o escritor Vitorino Nemésio lança ao olhar dos estudiosos um outro tópico que até hoje vem à baila sempre que se trata de discutir a arquitetura popular açoriana: a Casa do Ramo Grande.

Passando em revista o contexto de afirmação das “narrativas de identidade provincial”³ e o contributo da arquitectura popular nesse conspecto, o objectivo principal desta comunicação visa identificar os principais protagonistas, os temas e as ideias que se formaram em torno da arquitectura regional de base popular, procurando, num segundo momento, avaliar o impacto que tais concepções produziram sobre a prática arquitetónica, quer tenha sido ou não desenvolvida por arquitetos. Assim, a abordagem ao tema encontra-se dividida em quatro pontos. No primeiro ponto será

² A lógica de uma arquitectura «produto do território» justificou, em larga medida, o determinismo funcional, que via as formas arquitetónicas como resultado directo das necessidades económicas e dos recursos disponíveis. A expressão foi utilizada por Andrea Giorgi e Stefano Moscadelli, a propósito da construção da catedral de Siena em «Construire une cattedrale. L’Opera di Santa Maria di Siena tra XII e XIV secolo», Munich: Deutscher Kunstverlag, 2005, p.301. O posicionamento crítico relativamente determinismo funcional na arquitetura popular surgiu com Amos Rapoport no seu clássico estudo *House, Form and Culture*, de 1969. Para uma visão alargada sobre esta questão com ampla bibliografia veja-se Paul Olivier ed., *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*, Cambridge, 1997. 3 vols, especialmente o vol 1 dedicado às teorias, princípios e questões filosóficas subjacentes à arquitectura tradicional.

³ A expressão foi empregue por James Fernandez, «The Dilemmas of Provincial Culture and the Framing of Anthropological Inquiry», Sanmartin, Ricardo (ed.), *Antropologia sin Fronteras. Ensayos en Honor a Carmelo Lisón*, Madrid, 1994, pp.71-91.

aflorada a problemática da etnogénese e da insularidade como fundamentos teóricos para a construção da identidade regional açoriana, sempre ancorados no conceito de determinismo ambiental; o segundo ponto será dedicado à avaliação do contributo da arquitetura popular para a formação do discurso de identidade provincial; seguidamente, serão analisados os modelos descritos para dois estilos sub-regionais – o *estilo micaelense* e a *Casa do Ramo Grande* – espécie de réplica regional em estreita sintonia com as motivações que estão na origem do debate acerca da casa portuguesa. No quarto e último ponto procurar-se-á avaliar as consequências do discurso regionalista na prática arquitetónica da primeira metade do século XX.

1. A problemática das origens e a questão da insularidade

O conceito de determinismo ambiental, formulado pelos teóricos do século XVIII, exerceu uma influência assinalável enquanto precursor das ideias evolucionistas do século XIX⁴. A ação do meio, do clima, e dos recursos materiais existentes seriam determinantes nas respostas que as comunidades humanas produziram, modelando-lhes características físicas, morais e intelectuais, à semelhança do que Darwin observara nas aves e outros animais do arquipélago dos Galápagos.

É sabido que em Portugal a receção ao evolucionismo darwinista foi feita primordialmente por via francesa, não sendo por isso de estranhar que a teoria do evolucionismo etnogenético explorado pelo francês Gustave Le Bon (1841-1951) tenha tido os seus cultores entre etnógrafos de renome como Adolfo Coelho, José Leite de Vasconcelos e Teófilo Braga⁵, todos, de um modo geral, seguidores do darwinismo antropológico baseado na genealogia étnica e fundamentalmente etnocultural. Nos Açores, um jovem antropólogo chamado Francisco Arruda Furtado (1854 -1887), o único correspondente português de Charles Darwin⁶, divide-se entre a observação atenta da Natureza e o fascínio pela Antropologia física, muito motivado pelo contato com o seu conterrâneo, também antropólogo, Francisco de Paula e Oliveira⁷.

⁴ Entre os pensadores setecentistas que atribuíram ao determinismo ambiental uma influencia decisiva sobre o comportamento humano destaca-se o jurista francês Jean Bodin, considerado o pai da Ciência Política e um dos teóricos do absolutismo de Ancien Regime, ou o filósofo francês Montesquieu, autor do *L'Esprit des lois* (1748). Sobre esta questão veja-se Thomas Da Costa Kauffmann, *ob.cit.*, pp.31-42.

⁵ Cf. Rui Sousa Martins, «Os Processos Criativos e as Origens do Povoamento», in *Oceanos*, nº1, Junho 1989, pp. 65-67.

⁶ Cf. *Obra Científica de Francisco de Arruda Furtado*. Introdução, levantamento e estudo de Luís M. Arruda. Ponta Delgada: Instituto Cultural e Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

⁷ Terá sido a partir de uma conversa entre o antropólogo físico Francisco de Paula e Oliveira e Henrique das Neves, quando o primeiro se refere à existência do alpendre como um atributo fundamental da casa de Trás-os-Montes que este ultimo sugere, numa nota de rodapé a um trabalho sobre a Cava de Viriato, tão

Num pequeno e raro opúsculo intitulado *Materiais para o Estudo Antropológico dos Povos Açorianos. Observações sobre o Povo Micaelense* (1884) Arruda Furtado desenvolve o estudo comparativo de características físicas e psicológicas da população micaelense, apontando para a forte presença de atributos celtas, hipoteticamente provenientes de colonos da Bretanha francesa, enquanto os traços psicológicos seriam semelhantes aos dos Minhotos. Encarados como organismos sujeitos ao processo transformista, o facto de os habitantes de São Miguel terem permanecido no ambiente isolado da ilha durante longos séculos conferia-lhes uma vantagem assinalável enquanto objecto de estudo, tal como acontecia com os seres do mundo animal e vegetal. **[fig.1]**

«A par dos factores gerais que vão produzindo a evolução de todos os seres, os organismos insulares tem sobre si o peso de diversas outras condições que aceleram e peculiarizam a transformação» – esclarece ele logo na introdução⁸.

A palavra a reter é «peculiarizam». O antropólogo micaelense estabelece um primeiro reconhecimento da singularidade e da diferença dos povos açorianos (no caso, do micaelense) mas, como salienta João Leal, a sua preposição não pode estender-se a todo o arquipélago, inviabilizando a possibilidade de se falar de uma cultura açoriana, e acima de tudo, veicula uma visão negativa e não positiva da insularidade⁹.

Sobre a habitação popular Arruda Furtado é taxativo: «a habitação dos camponeses micaelenses mais pobres é das construções civilizadas mais simples». O retrato traçado aproxima-a de uma construção rudimentar, idêntica ao abrigo primitivo e coincidente com o estágio de civilização atrasado, rotineiro, e votado ao abandono que caracteriza a cultura dos povos açorianos, em consequência do isolamento e da «falta de cruzamentos generosos». Mais do que evolução, a insularidade teria produzido, segundo Arruda Furtado, uma involução cultural.

As diferenças idiossincráticas no interior do arquipélago, diretamente relacionadas com a origem dos povoadores, são uma constante revelada na abordagem a esta questão por diversos autores ao longo das primeiras décadas do século XX. O investigador Lacerda Machado na *Etnogenia Micaelense* (1921) retoma-a para São Miguel, e, com base em novas comparações somáticas e linguísticas, rejeita a hipótese minhota e bretã, propondo um substrato alentejano para a população

largamente glosada, a ideia de que tal elementos poderia ser alargado a todo o país, constituindo-se como uma espécie de traço unificador da arquitetura popular portuguesa.

⁸ Francisco Arruda Furtado, *Materiais para o Estudo Antropológico dos Povos Açorianos. Observações sobre o povo micaelense*, Ponta Delgada: Tip. Popular, 1884, p.2.

⁹ Cf. João Leal, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 2000, pp.229-231.

micaelense¹⁰. Já Lygia de Mattos no breve estudo geográfico que apresenta da ilha do Arcanjo (1936), defende a tese de que os «nossos colonos deveriam ser maioritariamente provenientes do Algarve»¹¹, origem que já tinha sido apontada por Arruda Furtado na correspondência trocada com o etnógrafo Leite de Vasconcelos¹². Foi, aliás, o etnógrafo português quem primeiro reconheceu um sotaque do sul na arquitetura insular.

«A casa popular e vulgar dos Açores ou é construída baixa, ou de um andar. A casa baixa, terreira ou de sobrado, tem portas de postigo de vidro, como no Sul do Continente; às vezes uma cancela, como no Minho»¹³. Sobre diversos aspectos da morfologia da habitação vai estabelecendo comparações com o Continente, salientando sempre as semelhanças com as zonas meridionais do país: é o caso do *poial* ou *pial* que existe junto ao forno nas casas de S. Miguel, palavras que só se usam no sul; da forma avantajada das chaminés (predominantes no Alentejo e Algarve); ou do hábito de enfeitar em demasia os interiores, conforme observou em casas de S. Miguel e da Graciosa, juncadas de verdura no chão, com quadros de santos nos quartos e bonecos sobre as mesas, tal como no Alentejo. «São também muito branquinhas e asseadas, por dentro e por fora, como nas nossas províncias meridionais», acrescenta ainda¹⁴. Outros elementos, porém, como as rótulas e as escadas de balcão, podem encontrar-se por todo o continente. Conclui que há bastante influência do Sul do Continente na casa açórica.

Deixemos de parte, por enquanto, as características morfológicas mencionadas, para voltar à problemática das origens, como explicação da realidade cultural verificada no meio insular. Depois das teorias bioculturais, centradas nas características étnicas e nos estudos linguísticos, o posicionamento epistemológico da nova Geografia incide sobre as relações antropológicas entre o Homem e o Meio, desenvolvendo acerca da habitação pesquisas extensivas sobre modos de habitar, tradições e hábitos de vida rústica, em estreita conexão com as características regionais e a respetiva distribuição territorial. Para Orlando Ribeiro – o grande renovador da ciência geográfica em

¹⁰ Cf. Rui Sousa Martins, «Os Processos Criativos e as Origens do Povoamento», in *Oceanos*, nº1, Junho 1989, pp. 66.

¹¹ Lygia Maria da Câmara Almeida Mattos, *Ilha de São Miguel. Seu dialecto e literatura popular*. Ponta Delgada: Artes Gráficas, s/d., p.20.

¹² A correspondência entre Arruda Furtado e José Leite de Vasconcelos a propósito da origem dos povoadores dos Açores é referida pelo próprio na sua obra *Mês de sonho. Conspecto de etnografia açórica*, Lisboa: Livraria Universal, 1926, p.24.

¹³ *Idem*, p.34.

¹⁴ *Idem*, p.38.

Portugal – os Açores apresentavam-se como expressão das marcas regionais da Expansão, o que deu origem à chamada tese difusionista¹⁵.

Na esteira do grande geógrafo português, Raquel Soeiro Brito¹⁶, João de Medeiros Constância¹⁷ e Carlos Alberto Medeiros¹⁸ perfilham a mesma visão, unindo as ilhas umbilicalmente às regiões de origem dos povoadores, cujas características reflectiriam, numa espécie de puzzle do Portugal continental nas ilhas atlânticas. Santa Maria corresponderia ao povoamento algarvio, enquanto S. Miguel apresentaria algumas características do Sul, mas sobretudo do Centro. À medida que nos aproximaríamos do Grupo Central as características beirãs e minhotas seriam mais evidentes, até se chegar ao Corvo, com um tipo de povoamento e de habitação próprio das aldeias de montanha nortenhas. A problemática das origens continuava, pois, a fazer parte da teoria explicativa para a paisagem cultural açoriana.

Neste quadro, qual o papel reservado à insularidade e qual o grau de autonomia e originalidade da arquitetura popular açoriana?

Teremos que voltar um pouco atrás, às primeiras décadas do século XX, para percorrermos o caminho que conduziu do primeiro ideário autonómico – o ideário da descentralização administrativa assente na ideia de «Região Natural»¹⁹ – ao movimento Regionalista, potenciador da consciência da singularidade e da diferença açorianas, para assim entender a formação de uma identidade insular a partir da ‘objetivação’ oferecida, entre outros aspetos, pela arquitetura popular.

Depois de Arruda Furtado, que vira no isolamento das ilhas um factor negativo, o etnógrafo terceirense Luís da Silva Ribeiro (1882-1955) retoma a questão da insularidade mas desta vez para conferir-lhe uma conotação positiva. As ilhas açorianas, povoadas pelos valorosos portugueses de quatrocentos, o “português puro que nas épocas gloriosas da nossa história se isolou no meio do Atlântico”, representariam uma expressão regional dos valores da portugalidade; afinal, em vez

¹⁵ Orlando Ribeiro, *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1962 [1955]).

¹⁶ Raquel Soeiro de Brito, *A Ilha de S. Miguel: contribuição para o seu estudo geográfico*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos, 1955.

¹⁷ João de Medeiros Constância, *Quadro humano da Ilha de S. Miguel*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1962; e *Ilha de S. Miguel: contribuição para o seu estudo geográfico*. Coimbra: Universidade de Coimbra/Faculdade de Letras, 1964.

¹⁸ Carlos Alberto Medeiros, *A Ilha do Corvo*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1967.

¹⁹ A expressão «Região Natural», apoiada na geografia peculiar das ilhas açorianas, foi amplamente utilizada pelos políticos da segunda metade do século XIX que congregaram o debate em torno da Autonomia Administrativa para os Açores. Sobre este aspeto veja-se por todos Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1998, (policopiado), especialmente pp.13-21.

de sermos menos Portugal, seríamos, pelo contrário, mais Portugal²⁰. A mitificação das origens tendia a criar uma visão da Região como uma pequena pátria indissociável da grande pátria e, nesse sentido, os Açores eram vistos como uma espécie de quintessência de Portugal²¹. Estava aberta a porta para a «narrativa etnográfica regional»²² e para a reflexão nemesiana em torno da «Açorianidade»²³.

2. Arquitetura e Paisagem: o tema da arquitetura popular

O tema da arquitetura popular não recebe inicialmente um lugar de destaque no âmbito dos estudos etnográficos, tanto no plano nacional, como regional. No centro das atenções dos estudiosos colocam-se as artes e os ofícios tradicionais, os costumes, as crenças, as danças, o vestuário e a linguagem, entendidos como formas vivas de expressão da cultura popular.

Antes de constituir objecto de estudo sistemático, enquadrado por critérios científicos e recebendo orientações metodológicas precisas²⁴, a arquitetura popular, e particularmente a habitação rural, entra no campo do visível enquanto expressão epigonal do fenómeno do pitoresco. Destacando-se como fundo de paisagem nas telas dos pintores naturalistas, figurando nos esquiços dos viajantes interessados na variedade pitoresca dos cenários bucólicos, ou captada pela objetiva dos fotógrafos empenhados na propaganda turística, a habitação rural sofre um processo de iconização progressiva. A tímida intromissão da casa e das suas dependências no

²⁰ Luís da Silva Ribeiro reagindo contra os sinais, então evidenciados a favor do separatismo dos Açores, proclama num discurso eivado de patriotismo a unidade inquestionável dos Açores com a Pátria Portuguesa. Cf. *Os Açores de Portugal*. Conferencia. Angra: Livraria Editora Andrade, 1919, p.17.

²¹ Sobre o pensamento de Luís da Silva Ribeiro, um dos maiores protagonistas do movimento regionalista veja-se Carlos Enes, «Ribeiro, Luis da Silva», *Enciclopédia Açoriana*

<http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia>; Luís da Silva Ribeiro, *Obras I, II, III e IV*, Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira/Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1982-1996; Carlos Cordeiro, *ob.cit.*, especialmente cap. III.1. «O Regionalismo como Ideologia», pp.247-316.

²² A expressão é empregue por João Leal a propósito do processo de descentralização da antropologia portuguesa, entre 1910 e 1950, para o qual o contributo de Luís da Silva Ribeiro foi dos mais representativos. Cf. João Leal, *ob.cit.*, p.228.

²³ O conceito de «Açorianidade» inspirado na «Hispanidad» de Miguel de Unamuno foi criado por Vitorino Nemésio, e fixado pela primeira vez num artigo publicado pela revista *Ínsula*, por ocasião do V centenário do descobrimento dos Açores. *Ínsula*, n.º 7-8, Ponta Delgada, 1932.

²⁴ É certo que Adolfo Coelho havia eleito para objecto de estudo dos seus programas de trabalho, especialmente na redação do de 1896, as aldeias, granjas, casais, herdades e suas dependências, chocas, cabanas e choupanas, propondo a recolha dos elementos necessários ao seu estudo. Partindo de uma referência sumária, no programa de 1880, acerca da necessidade de estudar a construção de casas e cabanas, o programa delineado para 1890 continha já uma menção explícita à introdução da arquitetura popular no plano de estudos da Antropologia, passando a assumir um guião de trabalho minucioso no programa de 1896. Mas os resultados concretos dessas campanhas foram escassos, reduzindo-se praticamente aos artigos de Rocha Peixoto e de alguns outros colaboradores publicados na revista *Portugália*. Sobre o tema vejam-se os prefácios de João Leal às publicações da obra de Adolfo Coelho: *Obra Etnográfica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993. Vols I e II.

quadro da vida rústica assume, neste contexto, um valor essencialmente estético.[fig.2]

Alguns exemplos, tanto de pintura como de fotografia, permitem ilustrar esta ideia pela forma como colocam os conjuntos edificados em plano recuado, traçando-lhes os recortes acidentados de modo um tanto impressionista, como meras modelações da paisagem. Aliás, os trechos rurais tomados em conjunto com as edificações, servem de mote à descrição da singularidade das paisagens açorianas, acabando por produzir o efeito desejado de reconhecimento de uma entidade geograficamente delimitável.

Sob este ponto de vista é interessante atentar na comparação estabelecida por Armando Narciso entre a paisagem açoriana e o território que percorreu no centro da França, na região vulcânica de Auvergne. Para o escritor jorgense as duas paisagens encontravam-se unidas por laços de afinidade ao nível das características geográficas, geológicas e meteorológicas²⁵. Mas os pontos de coincidência mais perfeitos surgiam precisamente à vista das «aldeias, negras de basalto» «abrigadas nas dobras da serra, pobres, rústicas, sem cal, com algumas casas cobertas de colmo, que se diriam aldeias do Pico, de S. Jorge ou das Flores». Em certas voltas da estrada a ilusão era tão manifesta, que os amigos lhe diziam faltarem apenas as hortênsias, ladeando a estrada, para que fossem os Açores²⁶.

A questão da pedra vulcânica dita «de lavoura» como elemento identitário havia já sido levantada num artigo de 1915 publicado no *Diário dos Açores*, no qual o articulista se insurgia contra a caiação da pedra nos edifícios com o argumento de que «a lavoura tem (...) a vantagem de ser uma pedra especial do solo açoriano, e portanto dá ao monumento de qualquer natureza que ele seja o cunho açoriano de obra de arte original»²⁷.

A proveniência do solo açoriano parece garantir-lhe o selo da originalidade. Aspeto que nunca é descurado nas primeiras imagens destinadas a representar a identidade regional, vindo sempre a merecer um reforço retórico significativo nas construções de carácter tradicionalista, com ressurgimentos episódicos até aos nossos dias. Efetivamente, na primeira vez que é tentada a reconstituição de uma casa popular para exibição da cultura material de cariz popular, o modelo seguido é precisamente uma dessas modestas habitações em pedra com paredes grossas e escassas aberturas, coincidente com a casa rudimentar descrita por Arruda Furtado. Trata-se de

²⁵ Armando Narciso, «Características Geográficas, Geológicas e Meteorológicas da Paisagem Açoreana», in *Livro do Primeiro Congresso Açoriano*, 1938, p.116-119

²⁶ Idem, p.119.

²⁷ *Diário dos Açores*, 1 de Dezembro de 1915, Cit. por Carlos Cordeiro, «Regionalismo e Identidade Açoriana durante a 1ª República», in *Revista Patrimonia*, nº 5 (Especial), Novembro de 1999, Nota 34, p. 90.

um pavilhão incluído na *Exposição das Industrias, Artes e Ciências* realizada no *Relvão*, no ano de 1901, por ocasião da visita régia de D. Carlos e D. Amélia. **[fig.3]** Contrastando, pela simplicidade absoluta da sua aparência, com as formas elegantes e festivas dos restantes pavilhões ostentando exóticas arquitecturas, a casa popular surge fetishizada e estabelece um estereotipo da habitação popular micaelense que será repetido em sucessivas imagens, atendendo precisamente às suas qualidades fotogénicas mas também ao conteúdo expressivo da pedra vulcânica. Muito ativa na promoção das belezas paisagísticas e de vários aspetos da cultura popular micaelenses, encontrava-se a *Sociedade Promotora das Notícias Michaelenses*, organismo pioneiro de propaganda turística que o país conheceu, fundado em 1898, cuja ação consistiu, em grande parte, na edição de dezenas de postais ilustrados. À sua volta agregou-se o melhor da intelectualidade de Ponta Delgada: Ernesto do Canto, grande bibliófilo e historiador, Coronel Afonso de Chaves, cientista de mérito, Jacinto Melo Abreu, industrial, Jacinto de Andrade Albuquerque, agrónomo e grande proprietário, Francisco Maria Supico, jornalista e ainda Evaristo Ferreira Travassos, comerciante e proprietário da Papelaria Travassos, onde se editavam e vendiam roteiros turísticos e as referidas edições-postal.

Numa atitude semelhante nos processos e nas intenções, envolvendo operações de propaganda e veiculando estereótipos, a ilha Terceira conhece ao longo dos anos de 1920, uma intensa atividade neste domínio, graças à criatividade do artista popular Joaquim Correia Laureano (o Pechichinho) (1901-1927)²⁸, pintor associado à produção de louça da Fabrica Cerâmica Terceirense, propriedade do comerciante, industrial e político Amadeu de Almeida Monjardino. Além do pintor e do empenho do proprietário, a terceira figura desta triangulação foi o fotógrafo António José Leite (1872-1943), grande cultor dos motivos emblemáticos da paisagem e dos costumes terceirenses, que divulgava através da edição de bilhetes postais ilustrados, assim como também vendia na sua Loja do Buraco “louças regionais”, sobretudo a faiança decorativa de prestígio destinada ao consumo da burguesia e do público visitante²⁹. É assim que vemos surgirem os tipos regionais da ilha Terceira, entre os quais sobressai a imagem de uma casa rural das Doze Ribeiras, na sua tipologia de casa linear, caiada por fora e com as “vistas” pintadas, provida com balcão exterior não alpendrado e com a característica chaminé de mãos postas. A casa encontra-se envolvida por outros

²⁸ Joaquim Correia Laureano foi aprendiz de santeiro, músico e pintor de cenários. Iniciou-se na Fabrica de Cerâmica Terceirense provavelmente em 1922, tornando-se um exímio pintor de faianças. Cf. Jácome de Bruges Bettencourt, *A Cerâmica Terceirense, na obra do seu maior artista Joaquim Laureano*, Angra do Heroísmo: ed. Autor, 1996, p.21

²⁹ Sobre as origens da fotografia nos Açores e a figura de Antonio José Leite veja-se Carlos Enes, «Fotografia», in Enciclopédia Açoriana. Disponível em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=7139>

elementos da paisagem rústica, como o fontanário em primeiro plano e o moinho em plano recuado. [fig.4]

Não pode ser iludido em todo este processo de formação das consciências identitárias as diferenças, rivalidades e incompreensões patentes no interior da geografia das ilhas, diferenças que inviabilizavam à partida o discurso unitário e perigavam a “solidariedade de destino” e o sentido de corpo social, indispensáveis ao projeto regionalista, como refere François Guichard³⁰. Pese embora as tentativas encetadas desde finais de oitocentos, para aproximar as elites económicas e culturais das várias ilhas – particularmente as elites de São Miguel e da Terceira –, tentativas feitas através das «confraternizações íntimas» ou dos certames de arte e indústrias praticados alternadamente em S. Miguel, Faial e Terceira, o «o espírito açoriano» teimava em conter dissensões internas e leituras distintas.

Era preciso investir o movimento regionalista de uma verdadeira «consciência açoriana» e de uma dimensão *sentimental* que ultrapassasse o simples modo racionalista e reivindicativo de índole político-administrativo que assumira durante o primeiro movimento autonómico. Eis o que defendia ardentemente o advogado Lúcio Agnelo Casimiro numa conferência proferida em Angra no ano de 1917³¹.

O debate acerca da «arte regionalista» agitava as páginas da imprensa local pelo menos desde o ano anterior quando Armando Narciso lançara o repto aos artistas açorianos para que se inspirassem na paisagem, nos costumes e nas tradições locais a fim de produzirem a «individualização» açoriana ou o «açorianismo», na expressão também por ele usada³². No mesmo sentido, Agnelo Casimiro numa conferência proferida alguns anos mais tarde na ilha Terceira (1927), exortava insistentemente os artistas a que cultivassem as «formosas tradições açorianas, que recortem o fundo dos seus quadros na opulenta paisagem açoriana, que foquem o adorável tipo açoriano, que evoquem as suas lendas (...)»³³, etc.

Com efeito, o regionalismo necessitava de um discurso visual, de um movimento sentimental e artístico como *élan* impulsionador da sua ideologia. É preciso entender estas movimentações no quadro mais vasto do regionalismo nacional, e internacional. Os primeiros anos do século XX assistem em Portugal ao fenómeno do nacionalismo,

³⁰ Pour qu’une région prenne corps, il semble qu’il lui faut acquérir peu à peu une capacité à prendre conscience d’une certaine solidarité de destin(...). François Guichard, «Conclusion. Permanences et dynamismes de l’identité», in *L’Identité Régionale. L’idée de région dans l’Europe du Sud-Ouest*, Paris, Éditions du CNRC, 1991, p.396.

³¹ Lúcio Agnelo Casimiro, Conferência Proferida no Teatro Angrense na récita de 15 de Agosto em benefício das Misericórdias de Angra do Heroísmo, *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 21 Ag. de 1927. Cit por Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República* ..., p.248 (policopiado).

³² Armando Narciso, «Coisas das Ilhas. Arte regionalista», *Diário dos Açores*, 20.11.1916.

³³ Lúcio Agnelo Casimiro, cit. por Carlos Cordeiro, *ob.cit.*, p.249.

a par com a intensificação das consciências provinciais. Do somatório de identidades de vária ordem resultaria reforçado o conceito de identidade nacional. É neste espírito que o Integralismo Lusitano, por exemplo, admite no programa adoptado para as conferências promovidas, em 1917, na Liga Naval, a descentralização regional como parte essencial da formação do todo nacional. O contributo das diversas províncias seria prestado segundo um esquema preciso, em que eram abordados vários temas, e onde também se incluía a arquitectura civil, religiosa e militar.

No caso açoriano, Armando Côrtes-Rodrigues, do Núcleo Micaelense de Propaganda Integralista, foi o orador escolhido para representar os Açores numa conferência que, afinal, não chegou a realizar-se³⁴. A relevância do tema, porém, não terá passado despercebida a Luís Bernardo Leite Ataíde que dois anos depois publica nas páginas da *Revista Michaelense* os «Apontamentos sobre Arquitectura Regional», como muito bem salienta Igor França³⁵. “A arquitectura – escrevia então Leite de Ataíde – (...) considerada como uma das manifestações de actividade de um povo dentro da livre expansão das suas tendências e da natural evolução das suas ingénitas predisposições, traz a plena compreensão da sua individualidade própria que conduz a prosperidades crescentes e avigora o culto do amor pátrio”³⁶. O Regionalismo é uma variante original desse sentimento nacional: «...e assim, tradição, regionalismo e originalidade representam uma sequência de ideias cuja interdependência é das mais estreitas» – conclui Leite Ataíde³⁷.

Sem nenhum tipo de má consciência relativamente à lealdade para com a mãe pátria, os Açores afirmavam a sua identidade regional, apoiados nos argumentos da complexa geometria das origens e na ideia, sempre presente, de que os factores da geografia, da geologia e do clima moldavam o carácter etno-cultural das suas gentes. São vários os protagonistas, os acontecimentos e as obras literárias e artísticas que serviram este desígnio. Importa aqui reter tão-somente os episódios e os argumentos que possam ter produzido leituras válidas sobre o tema da arquitetura popular.

Duas acções propagandísticas foram cuidadosamente preparadas e copiosamente publicitadas na imprensa continental: a chamada “Visita dos Intelectuais”, promovida pelo *Correio dos Açores*, em 1924, e que durante um mês levou a todas as ilhas uma comitiva de continentais ilustres, entre os quais se encontravam José Leite de

³⁴ Realizaram-se as conferências sobre o Minho (Luís de Almeida Braga), Alentejo (Pires de Lima) e Beira Baixa (Hipólito Raposo). Cf. Carlos Cordeiro, *ob.cit.*, p.258.

³⁵ Igor França, «Arquitectura Doméstica e a Construção de Identidade: o modelo da casa micaelense», trabalho curricular apresentado no âmbito do Mestrado de *Património, Museologia e Desenvolvimento* da Universidade dos Açores, 2006 (inédito), p.6.

³⁶ Luís Bernardo Leite de Ataíde, «Apontamentos Sobre Arquitectura Regional», in *Revista Michaelense*, 1919, p.343.

³⁷ *Ibidem*.

Vasconcelos, Trindade Coelho e o escultor Teixeira Lopes, recebidos como se de uma verdadeira visita de estado se tratasse; e o *Congresso Açoriano*, que decorreu em Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938, no Grémio dos Açores (depois Casa dos Açores³⁸), e terminou com um exposição Regional no Casino Estoril.

Deixemos o último dos dois eventos, mais motivado por preocupações económicas e reivindicações administrativas, e centremo-nos no rasto deixado pela visita dos intelectuais, especialmente no contributo deixado por Leite de Vasconcelos cujas impressões e observações seriam alvo de uma publicação intitulada *Mês de Sonho* (1926).

As observações de Leite de Vasconcelos inscrevem-se num registo científico, rigoroso e aprofundado dos objectos de estudo, longe das impressões colhidas por uma etnografia espontânea (para usar a expressão cara a João Leal). A ideia chave que colheu da sua missão insular, foi a de que a etnografia dos Açores constituía um prolongamento da etnografia continental, com algumas particularidades conferidas pela geografia e por aspectos sociais. Assiste a tipos físicos beirãos e do norte, a falares da Beira Baixa e do Algarve, observa as formas das habitações populares, chegando mesmo a fazer delas esquemas incipientes da sua distribuição espacio-funcional, admira-se com a aparência asseada e a abundância de pátios – aspectos que reconhecia nos tipos existentes a sul do Mondego.

A suposta unidade da “casa regional”, resultado do somatório das descrições votadas a cada ilha, senão mesmo de cada localidade, jamais deixaria de constituir um campo movediço, propício a apropriações indevidas e a generalizações abusivas. A regra posta em prática pelos estudiosos da primeira metade do século XX consistia numa abordagem particularizada a cada ilha, que não chegaria sequer a ensaiar uma tentativa sistemática de identificação dos traços comuns quer em termos tipológicos, quer em termos morfológicos. Sob o título de “A Casa Rural Açoriana”³⁹, Francisco Carreiro da Costa compilava os textos de Arruda Furtado – “A habitação do camponês micaelense (1883) –, Luís da Silva Ribeiro – “Habitação na Ilha Terceira” (1934) – e Manuel Dionísio – “Evolução da casa na ilha do Faial” (1937), reconhecendo que “o estudo definitivo da casa rural açoriana ainda não [havia sido] feito...”⁴⁰.

A questão só seria definitivamente revista com o levantamento da *Arquitectura Popular dos Açores* efectuado nos anos de 1980 (publicado em 2000). Tendo por base um

³⁸ O Grémio dos Açores foi fundado em Lisboa em 1927, sendo depois rebatizado de Casa dos Açores, à semelhança de tantas outras Casas Regionais que surgiram em força nesses anos 20, enquanto associações representativas das províncias e de defesa dos seus interesses.

³⁹ Na rubrica dedicada a Etnologia Agrícola, Carreiro da Costa reúne textos de Arruda Furtado, Luís da Silva Ribeiro e Manuel Dionísio com o título genérico de «Casa Rural Açoriana», *Bol. da Comissão Reguladora dos Cereais*, nº27/28 (1958), pp.97-104.

⁴⁰ *Idem*, p.97.

exaustivo trabalho de campo e outras premissas metodológicas, a visão de conjunto produzida pelos seus autores demonstrou a falácia da tese difusionista e ultrapassou os particularismos de base morfológica, propondo um novo arranjo tipológico da casa popular com variantes dentro de cada ilha.

Essa sistematização sofreria, logo depois, uma recontextualização significativa ao relacionar a arquitectura açoriana com a área geográfica e cultural da Macaronésia. Em *Cidades e Casas da Macaronésia*, José Manuel Fernandes dá continuidade à abordagem, alargando a área de estudo aos contextos dos arquipélagos da Madeira, Canárias e Cabo Verde, bem como aos exemplares urbanos da arquitectura doméstica, de onde resultaram afinidades até aqui insuspeitadas⁴¹.

Por mais interessante que se afigure a discussão dos termos em que assentaram estes últimos estudos, ultrapassam cronológica e tematicamente o âmbito regionalista que surge aqui em foco, pelo que a sua análise será deixada para outra ocasião.

3. Dois estilos sub-regionais

Entre os etnógrafos açorianos, o único que prestou uma atenção continuada ao tema da arquitectura civil e doméstica foi Luís Bernardo Leite de Ataíde⁴². Vimos como em 1919 havia publicado «Apontamentos sobre a Arquitectura Regional», em que longamente discorria sobre os exemplares micalenses da arquitectura antiga dos séculos XVII e XVIII, nos quais encontrava «notas inconfundíveis de carácter tradicional», apresentando no final uma proposta para «uma casa de carácter regional», que deve ser lida, inequivocamente, como a réplica açoriana à casa portuguesa de Raul Lino⁴³. Leite Ataíde é aliás um leitor atento do arquiteto português (que por acaso também tem obra produzida para os Açores) e um admirador confesso de Joaquim de Vasconcelos, de quem colhe o interesse pelos motivos ancestrais da arte românica, sobreviventes no imaginário popular.

Balizado entre o programa ideológico da regionalização e a missão moral de aportuguesamento da arte – o que designava por «campanha de nacionalização que urge por todas as formas avigorar»⁴⁴ contra «o estrangeirismo que nos ameaça»⁴⁵ –,

⁴¹ José Manuel Fernandes, *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto: FAUP, 1996.

⁴² Além de Luís Bernardo Leite Ataíde, outros autores abordaram esporadicamente o tema da habitação rural. É o caso de Luís da Silva Ribeiro com a «Habitação na Ilha Terceira» (1934), de Manuel Dionísio com a «Evolução da casa na ilha do Faial» (1937), ou Frederico Lopes Júnior com a «Casa Regional Terceirense» (1960).

⁴³ Sobre a formalização da casa de carácter regional e a sua interpretação veja-se Isabel Soares de Albergaria, «Arquitectura Regional? Debates e propostas em torno da casa açoriana na I República», Actas do Colóquio Internacional *Os Açores, a I Guerra Mundial e a Republica Portuguesa no Contexto internacional*, Ponta Delgada: Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada/DRC, 2012, pp.175-205.

⁴⁴ Leite de Ataíde, «Apontamentos sobre Arquitectura Regional»..., p.336.

⁴⁵ *Ibidem*.

Leite Ataíde desenvolve a leitura consentânea de uma arquitetura como síntese do meio, cuja originalidade adviesse das tradições próprias de cada região⁴⁶.

Mas eis que se debate com uma certa incompatibilidade entre o desejo de cumprir o propósito ideológico formalizado na casa de carácter regional, cujo modelo propõe no citado artigo, e os dados empíricos observáveis a partir dos exemplares micaelenses, os quais estuda com minúcia e notável intuição formal. Dessa segunda atividade retira elementos circunscritos pela cronologia e pela área geográfica, como também pelo tipo de edifícios, que estão longe de pertencerem às fileiras da arte popular. Na mira dos seus estudos estão os solares e casas nobres, as ermidas, igrejas e conventos, em suma, a arquitetura monumental de prestígio. Foi o reconhecimento de um grupo particular de edifícios concentrados na área da Ribeira Grande, destacados pela qualidade construtiva e formal e pertencentes a uma cronologia longa, abrangendo os séculos XVII e parte do XVIII, que lhe daria o ensejo à classificação de «estilo micaelense».

A designação começa a desenhar-se em 1920 num texto que trata a “casa micaelense” inserido no tópico da “Arquitectura Regional”⁴⁷. Será, contudo, mais tarde, com a publicação de “Ribeira Grande, sua arquitectura Antiga” na revista *Insulana*, em 1950, que claramente chama “estilo micaelense” a essa arquitetura “possuidora de personalidade própria e inconfundível”⁴⁸. Leite Ataíde identifica a expressão original de certos sintagmas visuais presentes na arquitetura ribeiragrandense nos quais a existência de signos mágico-simbólicos de feição geométrica está relacionada com um fundo ancestral de cariz popular⁴⁹. Refere-se especificamente à “roseta quadrifolia e sexifolia, o suastika, e a pombinha”, enquanto as “pirâmides quadrangulares unidas” teriam uma proveniência erudita e seriam parte do *estilo jesuítico*, que corresponde à fórmula corrente na época para designar o sistema classicista que vigorou em Portugal durante largo período da Época Moderna.

O etnógrafo micaelense explicava historicamente o fenómeno pela catástrofe de 1563, em que as erupções do Pico do Sapateiro vitimaram grande número de pessoas e

⁴⁶ Sobre o carácter da arquitectura de cada região escreve: «A arte para ser regionalista tem de se apresentar como a synthese do meio e como cada região tem o seu carácter definido e as suas tradições próprias, nós vamos assim chegar a um estylo original na arte isto é a expressão mais elevada do modo de sentir a eurhythmia das linhas, a harmonia das cores e a melopeia musical dentro do limite das tradições pátrias, na phrase do Sr. Joaquim de Vasconcellos». Idem, p.335.

⁴⁷ Trata-se de um pequeno texto dedicado à casa micaelense (*Arquitectura Regional: S. Miguel Açores*, 1920) mais tarde objecto de desenvolvimento para a arquitectura da Ribeira Grande, e no qual se fundamenta para criar o “estilo Micaelense”.

⁴⁸ Luís Bernardo Leite Ataíde, «Ribeira Grande, sua arquitectura Antiga», *Insulana*, vol VI, nº1-2 (1950), pp.33-68.

⁴⁹ Para uma visão mais detalhada acerca da expressão mágico-simbólica dos motivos decorativos que integram o sintagma visual do «estilo micaelense», suas origens e filiações veja-se Isabel Soares de Albergaria, *Figuração mágico-simbólica na Arquitectura açoriana: Sinais de uma identidade evanescente*. In *Reflexão sobre Mundividências da Açorianidade*, 2009, pp.195-200.

provocaram enormes destruições na antiga vila. A lenta reconstrução numa época marcada pelo misticismo exacerbado teria justificado o apego exagerado a um conjunto de símbolos e figuras carregadas de funções apotropaicos.

A revisão crítica mais diretamente focada sobre este tema deve-se ao historiador da arquitetura João Vieira Caldas, para quem, em síntese, o *estilo micalense* deve ser entendido como uma variante local da “linguagem clássica repetitiva codificada no século XVII e muito utilizada na arquitetura civil por todo o país até meados do século XVIII”⁵⁰. Nesse sentido, a extrapolação do estilo micalense ao restante arquipélago e até ao todo nacional podia ser sugerida. A diferença está, garante o mesmo autor, em que os vãos do estilo micalense estão mais próximos do estilo clássico do que outros do mesmo tipo, pela simples razão que interpretam mais à letra a secção clássica do entablamento composto pela arquitrave, friso e cornija⁵¹. À parte esse detalhe, a arquitetura do estilo micalense acumula diversos aspetos comuns à restante arquitetura civil açoriana do mesmo período, como sejam a tendência para enquadrar as fachadas com cantarias nos socos, cunhais, cornijas e faixas na divisão dos pisos, por vezes também unindo os aventais, as molduras superiores e as ombreiras dos vãos e formando o que tem sido designado por vão-pilar⁵².

As considerações acerca do *estilo micalense* que, num contexto mais alargado permitem enquadrá-lo na linguagem arquitetónica de cariz classizante, presente no arquipélago e não tão distante assim do resto do país, não apagam, por outro lado, certas especificidades formais e tipológicas desta variante decorativa.

Antes de mais, há que rever a ligação histórica proposta por Leite de Ataíde com o desastre de 1563 uma vez que a cronologia mais exata dos edifícios que se conhecem não autoriza a um tal recuo temporal, situando-se o fenómeno, no caso da Ribeira Grande, a um período balizando entre o último terço do século XVII e o primeiro de setecentos⁵³. Esta cronologia, válida para os edifícios de prestígio tem, porém, prolongamentos evidentes (ou sequelas) nos exemplares de cariz popular, o que constitui, efetivamente, uma das peculiaridades tipológicas do *estilo micalense*. Pequenas casas populares de um só piso e com uma fachada composta por uma

⁵⁰ João Vieira Caldas, «O ‘estilo Micalense’». In *Inventário do Património Imóvel dos Açores – Ribeira Grande. São Miguel*, 2007, p.28.

⁵¹ Idem, p.29.

⁵² O sistema aplicado nas fachadas de alguma arquitetura civil, reforçadas por cantarias no soco, cunhais, cornijas e faixas de entre pisos, e, sobretudo, a aplicação de enormes aventais de pedra estabilizadores das janelas de peito com ligação continua aos lintéis do vão inferior, tem sido amplamente enfatizado por diversos autores. Particularmente o sistema dos vãos-colunas ou vãos-pilares como são referidos pelos autores da *Arquitetura Popular dos Açores* (p.159), e por José Manuel Fernandes, *ob.cit.*, p.253.

⁵³ Para a questão da cronologia da arquitetura civil ribeirão-grandense inserida no estilo micalense veja-se Isabel Soares de Albergaria, *A Casa Nobre na Ilha de São Miguel: Do Período Filipino ao final do Antigo Regime*, Tese de doutoramento apresentada ao IST- Universidade Técnica de Lisboa, 2012, pp.329-334.

porta entre duas janelas, exibem orgulhosamente os motivos decorativos do estilo micaelense, fortemente expressivos, dadas as dimensões dos edifícios. Cronologicamente estes exemplares da arquitetura popular podem estender-se até aos inícios do século XX, o que prova a continuidade de processos construtivos e o extraordinário atavismo verificado ao nível do imaginário popular no que toca a certas fórmulas decorativas que assumem significados culturais mais amplos. [fig.5]

*

No debate acerca da arquitetura regional e das tensões verificadas entre unidade e diversidade intra-regional, surge outro estilo sub-regional a merecer um destaque especial: a “arquitetura do Ramo Grande” (ou Casa do Ramo Grande). A expressão, hoje muito difundida, pretende individualizar a habitação rural da região Nordeste da ilha Terceira, com especial incidência nas freguesias de São Brás, Fontinhas e Lajes, tendo adquirido reconhecimento público graças às referências que lhe são dedicadas por Vitorino Nemésio (1901-1978). Para o escritor açoriano o tipo tradicional da casa rural daquela região terceirense, sendo um “habitat rural” assumia um aspeto “tão nobremente urbano”, qualidade conferida pelo apuro técnico da construção, pela qualidade do talhe das cantarias de ignimbrito e pela aparência de certa abastança, aprumo e asseio que se desprende do conjunto habitacional, incluindo os diversos anexos e equipamentos votados à atividade agrícola.

Mais uma vez coube a João Vieira Caldas a revisão crítica dos termos em que se define a arquitetura do Ramo Grande, procurando precisar os dados relativos à sua distribuição geográfica e cronológica, bem como aos aspetos tipológicos, formais e construtivos⁵⁴. Tendo notado imediatamente a fragilidade das aceções comumente aceites “sem recorrer ao auxílio da prosa inspirada e acutilante” do notável escritor açoriano⁵⁵, Vieira Caldas salienta a necessidade de se proceder a um inquérito histórico mais aprofundado que permita perceber, por exemplo, se a vaga de construção nova que deu origem à designada casa do Ramo Grande decorre, como tem sido defendido, da reconstrução verificada no concelho da Praia pós sismo de 1848, ou se, pelo que indica a datação mais tardia grafada em alguns dos edifícios residenciais – e na linha da sugestão deixada pelo historiador Guilherme Reis Leite⁵⁶ – essa vaga construtiva não estará mais diretamente relacionada com as alterações de propriedade, na sequência da lei da abolição dos morgadios de 1866.

⁵⁴ João Vieira Caldas, “A Arquitetura do Ramo Grande”, in *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Praia da Vitória*, 2004, pp.41-46.

⁵⁵ Idem, p.41.

⁵⁶ Cf. José Guilherme Reis Leite, “Breve esboço sobre a História da Praia” in *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Praia da Vitória*, 2004, pp.11-30.

Se pela cronologia a casa do Ramo Grande ultrapassa em muito o período subsequente ao terramoto de 1848, prologando-se até meados do século XX – como atestam alguns dos exemplares mais emblemáticos (ver fig. 6) –, a tipologia apresentada nas habitações daquela região está longe de assumir um caráter homogéneo, bem como não constitui uma unidade geograficamente delimitável. Assistimos, pois, a um modo de construir, um certo gosto ou modo próprio que se revela mais nas qualidades expressivas e visuais do que na definição de um figurino definido ou numa única tipologia de edifício. O prolongamento no tempo acaba por conferir a essa arquitetura empírica mas de pretensões mais eruditas, um carácter identitário forte, transformado em certo momento histórico, já no século XX, num fenómeno de pendor regionalista com um certo tom retórico.

4. A prática arquitetónica

Olhando agora para os resultados práticos desta corrente de pensamento que envolveu estudiosos de várias áreas, com destaque para os etnógrafos, não poderíamos esperar a transposição imediata dos resultados do estudo acerca da casa popular para um programa fundamentalmente ideológico e estético da casa *regionalista*. Do mesmo modo, como é sabido, a casa portuguesa de Raul Lino está longe de corresponder aos cânones verdadeiramente vernaculares quer em termos técnico-construtivos, quer em termos formais e funcionais.

Mais uma vez é Leite Ataíde quem desenvolve o programa mais completo, também do ponto de vista prático. Impulsionado pela vontade de erigir “o grande monumento da história regional”, Leite Ataíde recolhe um importante manancial de informação que lhe dará o suporte para as ações de restauro e readaptação funcional que empreendeu ao longo da década de 1930 quer no antigo convento de Santo André, convertido sob a sua orientação no Museu Carlos Machado, quer na antiga casa de repouso dos Padres Jesuítas na quinta de Belém, recuperada e adaptada a sua residência familiar. Em ambas as construções segue o princípio da “unidade de estilo” proposta por Viollet-le-Duc, cuja influência em Portugal foi duradoura, em que a intervenção do restaurador procurava confundir-se com a do autor do projeto original, porventura melhorando-o e completando-o na sua verdade histórica. Sem surpresa ouvimos o etnógrafo micaelense afirmar acerca do restauro de Belém pretender “reconduzir esta construção à sua primitiva forma, em inteira obediência ao estilo arquitectónico a que se subordina a sua factura”⁵⁷.

⁵⁷ Luís Bernardo Leite Ataíde, «Notas sobre o Convento e Ermida de Belém de Ponta Delgada, in *Insulana*, vol. VII (3-4), 1957, p.307

A esse labor historicista, exato e assente no profundo conhecimento que tinha da arquitetura antiga, sobrepunha os elementos tradicionalistas formulados pela estética da *casa portuguesa*. É nesse contexto que se explicam algumas das correções à tradição que Leite de Ataíde conscientemente aplica, num espírito de concessão ao programa estético-nacionalista de Raul Lino. Nos três tópicos da morfologia da casa portuguesa, a saber, a caiação dos muros, a presença do alpendre e os revestimentos azulejares, Leite Ataíde segue escrupulosamente as propostas de Raul Lino.

Se relativamente ao primeiro dos três tópicos não se oferecem grandes dúvidas, contando que o modelo venha mais da arquitetura de prestígio do que da autenticamente popular, essa construída, como vimos, na pedra aparente, menos ainda acontece com os outros dois, um mais estrutural, o outro de sentido decorativo e ambos suficientemente ausentes das antigas casas micaelenses.

A insistência no alpendre estava ligada à génese do movimento da casa portuguesa, elemento essencial já referido por Henrique das Neves em 1893 e desde então nunca esquecido por quantos abordaram o tema⁵⁸.

Ora, nos Açores, eram muito raros os balcões e varandas alpendradas, com exceção de alguns exemplares antigos da ilha de São Jorge e de um ou outro na Ribeira Grande. O próprio Leite Ataíde sabia-o e escreve-o num texto de 1918 intitulado *Etnografia artística*: «O tipo de casa portuguesa com escada exterior, balcão e alpendrada encontra-se também entre nós mas com muita dificuldade, não passando de uma excepção à regra geral»⁵⁹.

Relativamente ao azulejo, como marca distintiva da arte portuguesa – presente desde o início da Idade Moderna e extensível ao espaço doméstico –, o seu uso no caso açoriano foi bastante mais parcimonioso, limitando-se ao contexto religioso. Não havia pois precedente histórico que justificasse a sua inclusão nos monumentos da história regional. Leite Ataíde contorna o problema dando relevo à tradicional arte dos embrechados (aqui designados por *lapinhas*) mas ainda assim não deixa de aplicar abundantemente os azulejos quer no exterior, quer no interior.

Durante as décadas de 1920 e 30 não se assiste a realizações por parte dos arquitectos que façam eco das propostas regionalistas. No plano da habitação corrente, o panorama é dominado pelos mestres-de-obras cuja prática construtiva se pauta pelos valores tradicionais, sem nenhuma leitura crítica e operando por

⁵⁸ Henrique das Neves num estudo dedicado à famosa Cava de Viriato introduz uma extensa nota de rodapé com duas páginas onde defende que o balcão largo e telhado geralmente presente no primeiro andar da habitação popular constituía um traço comum à arquitectura popular de todo o norte do país e não apenas restrito a Trás-os-Montes como havia defendido o antropólogo Paula de Oliveira, cuja conversa recordava. Ver João Leal, *ob.cit.*, pp.110-112.

⁵⁹ Leite Ataíde, *Etnografia Artística São Miguel: Açores*, Ponta Delgada: Oficina de Artes Gráficas, 1918

transposição direta dos modelos reconhecidos. Não obstante, alguns sinais de carácter exclusivamente morfológico revelam uma vontade consciente de aplicar traços de reconhecido valor identitário. É o que acontece, por exemplo, com o uso ostensivo das cantarias de ignimbrito na chamada arquitetura do Ramo Grande, completada por cartelas com datas grafadas, as orgulhosas ‘chaminés de mãos postas’, os óculos, as pombinhas do beiral, etc.

Poder-se-á considera-lo um “regionalismo popular” que atua por mimetismo e simbiose, como sempre tinha actuado no quadro de um vernacularismo atávico, sem deixar de proceder ao reforço retórico de certos elementos, por oposição a um regionalismo erudito e ideológico de pendor nacionalista.

Esse, chegará mais tarde, por via oficial e em grande medida desviado do discurso regionalista das décadas de 1920-30. A “arquitetura oficial” de cariz tradicionalista e neo-historicista compõe, efectivamente, um capítulo importante da arquitetura do século XX açoriano, ocupando um longo ciclo que arranca na década de 1940 e se prolonga até 1960, para lá do que se verificava nas regiões do continente português. Pese embora a diversidade tipológica dos equipamentos públicos e outros edifícios de iniciativa pública (correios, bancos, escolas, bibliotecas, tribunais, edifícios administrativos, e bairros económicos) adoptando sempre a mesma linguagem seca, monumentalizada na sua versão neosolarenga, o programa regionalista está ausente dos formulários adotados, excepto num ponto: a insistência na aplicação da pedra de basalto como única singularidade da arquitectura açoriana, o que não deixa de ser curioso se se pensar que a mesma ideia tinha estado na origem da definição do tipo regional e dos estilos sub-regionais.

Nas décadas centrais do século XX multiplicam-se as construções de habitação unifamiliar acordadas com o formulário da casa portuguesa, sobretudo nos locais destinados a habitação de férias. A articulação de corpos e volumes diferenciados, o contrafeito das águas dos telhados, os beirais e as pombinhas decorativas, os alpendres, pergulas, colunas e arcos, fazem parte do receituário típico do movimento nacional da casa portuguesa, raramente vendo-se a intenção de aplicar motivos ou elementos técnico-construtivos extraídos da reflexão acerca da arquitetura regional.

O esforço de Leite Ataíde para valorizar a arquitectura doméstica micaelense, a par dos estudos de Luís da Silva Ribeiro e Frederico Lopes Júnior acerca da habitação rural terceirense, e de Manuel Dionísio sobre a casa da ilha do Faial – sem esquecer os contributos posteriores dos geógrafos mais preocupados em entender a casa na sua relação funcional com a vida rural – lograram resgatar o tema da arquitetura popular da sua função meramente referencial enquanto signo visual da paisagem rural. A insistência na produção de uma arte regionalista por Armando Narciso, a que

se somam os apelos de Carreiro da Costa, proclamados durante o Congresso Açoriano de 1938 para que se desse às «habitações aquela feição que caracterizasse o nosso ambiente»⁶⁰ contra as edificações modernistas, que considerava prejudiciais para a «industria turística», formam, em suma, o acordo de vozes em prol da arquitetura regional. Contudo, o projeto regionalista não foi muito além no que toca à prática arquitectónica, porventura pela ausência de arquitetos directamente empenhados na formalização de um receituário, ao invés do que aconteceu no continente.

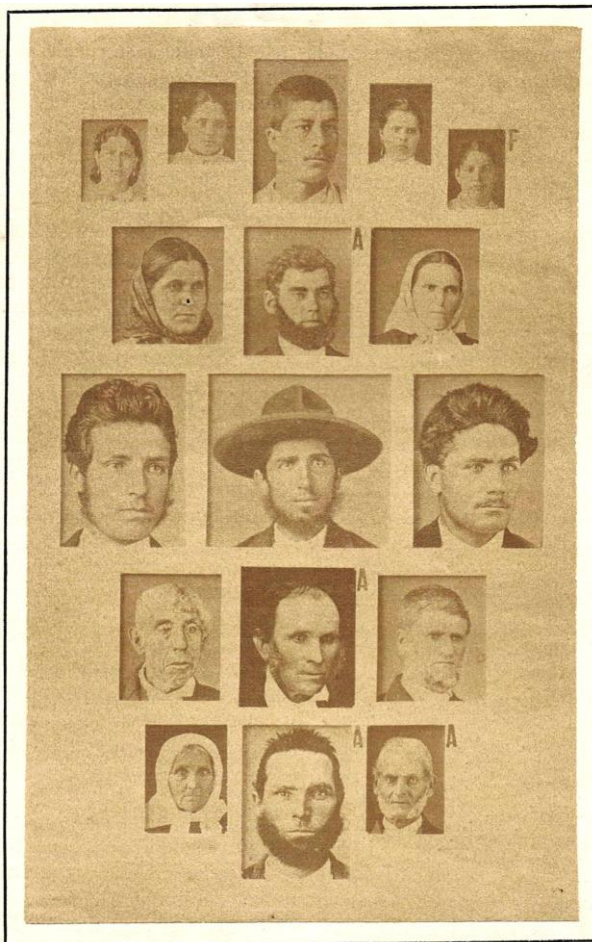


Fig.1. «Typos Fisionomicos de camponeses micaelenses». In Arruda Furtado, *Materiais para o Estudo Antropológico dos Povos Açorianos*, 1884

⁶⁰ Francisco Carreiro da Costa, «Ambiência Açoreana – suas relações com o Turismo», in *Livro do Congresso Açoriano*, 1940, p.501.



Fig.2. Lomba da Cruz - S. Miguel. BPI publ. Papelaria Travassos, c.1890. Col. Particular



Fig.3. Casa rural micalense, parte da Exposição de Artes e Industrias do Relvão, 1901. Col. Particular



Fig.5. Casa na rua João da Horta e janela de “estilo micalense” - Ribeira Grande. Pub. no Inventário do Património Imóvel dos Açores. Ribeira Grande, 2007, p.221



Fig.6 casa Basílio Simões. Fontinhas - Ilha Terceira. Fotografia Isabel Albergaria, 2012

Bibliografia

- AAVV, *Arquitectura Popular dos Açores*, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2000.
- AAVV, *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.
- AAVV, *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, Angra do Heroísmo: DRC/Instituto Açoriano de Cultura, 1999-2005.
- AAVV, *Livro do Congresso Açoreano*, Lisboa: Casa dos Açores, 1938.
- ALBERGARIA, Isabel Soares de, «'Arquitectura Regional'. Debates e propostas em torno da casa açoriana na I República», *Actas do Colóquio Internacional Os Açores, a I Guerra Mundial e a Republica Portuguesa no Contexto internacional*, Ponta Delgada: Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada/DRC, 2012, pp.175-205.
- ALBERGARIA, Isabel Soares de, *Figuração mágico-simbólica na Arquitectura açoriana: Sinais de uma identidade evanescente*. In *Reflexão sobre Mundividências da Açorianidade*. Coord. de Gabriela Castro, Berta Pimentel Miúdo e Magda Costa Carvalho, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2009, pp.195-200.
- ATAIDE, Luís Bernardo Leite de, «Apontamentos sobre Arquitectura Regional», *Revista Michaelense*, 2º ano, nº 3 (1919), pp.315-343.
- ATAIDE, Luís Bernardo Leite de, *Architectura Regional: S. Miguel Açores*, Ponta Delgada: Oficina de Artes Gráficas, 1920.
- ATAIDE, Luís Bernardo Leite de, *As Secções de Arte e Etnografia do Museu de Ponta Delgada*, Ponta Delgada: Oficina de Artes Gráficas, 1944.
- ATAIDE, Luís Bernardo Leite de, *Etnografia Artística São Miguel: Açores*, Ponta Delgada: Oficina de Artes Gráficas, 1918.
- BARREIRA, João, «A Habitação em Portugal» in *Notas sobre Portugal*, 1909. Vol. II
- BRITO, Raquel Soeiro, *A Ilha de São Miguel. Estudo Geográfico (1950-2000)*, Ponta Delgada: Fabrica de Tabaco Micaelense [1955], 2004.
- CALDAS, João Vieira, «A Arquitectura do Ramo Grande». In *Inventario do Património Imóvel dos Açores – Praia da Vitória. Terceira*, Angra do Heroísmo: IAC/DRC/CMRG, 2004, pp.41-46.
- CALDAS, João Vieira, «O 'estilo Micaelense'». In *Inventario do Património Imóvel dos Açores – Ribeira Grande*. São Miguel, Angra do Heroísmo: IAC/DRC/CMRG, 2007, pp.27-32.
- CÉSAR, Oldemiro, *Terras de Maravilha. Os Açores e a Madeira*, Lisboa: Imprensa Literária Fluminense, 1924.
- CONSTÂNCIA, João de Medeiros, *A Ilha de S. Miguel: Contribuição para o seu estudo geográfico*. Sep. do "Boletim do Centro de Estudos Geográficos". Coimbra, 1964.

CORDEIRO, Carlos, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1998.

CORDEIRO, Carlos, "Regionalismo e Identidade Açoriana durante a Primeira República", in *Patrimonia*, nº 5, 1999, pp. 45-52.

COSTA, Francisco Carreiro da, *Etnologia dos Açores*, organização de Rui de Sousa Martins, Lagoa: Câmara Municipal, 1991.

DIONISIO, Manuel «Evolução da casa na ilha do Faial» (1937), in *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*, nº27/28, 1958, p.104.

FERNANDES, José Manuel, *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto: FAUP, 1996.

FRANÇA, Igor Tavares Melo, «Arquitectura Doméstica e a Construção de Identidade: o modelo da casa micalense», trabalho curricular apresentado no âmbito do Mestrado de Património, Museologia e Desenvolvimento da Universidade dos Açores, 2006. Inédito.

FURTADO, Francisco Arruda, *Materiais para o Estudo Antropológico dos Povos Açorianos. Observações sobre o povo micalense*, Ponta Delgada: Tip. Popular, 1884.

JÚNIOR, Frederico Lopes, «A Casa Regional Terceirense», *Atlântida*, IV, 1960, nº4-5, pp.221-232.

KAUFFMANN, Thomas Da Costa, *Toward a Geography of Art*, Chicago and London: The University Chicago Press, 2004.

LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970) Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 2000.

LIMA, Gervásio, *A Pátria Açoreana*, Angra do Heroísmo: Tip. Editora Açoreana, 1928.

LINO, Raul, *A Nossa Casa*, Lisboa: Ottografica, 1923 [1918].

LINO, Raul, *Casas Portuguesas*, Lisboa: Edições Cotovia, 1992 [1933].

MARTINS, Rui Sousa, «Os Processos Criativos e as Origens do Povoamento», in *Oceanos*, nº1, Junho 1989, pp. 65-67.

MARTINS, Rui de Sousa, "Os costumes populares e a construção oitocentista de identidades no arquipélago dos Açores", in *Patrimonia*, nº 5, 1999, pp. 35-44.

MARTINS, Rui de Sousa, *Imagens Antropológicas de Oitocentos. Objectivas Subjectivas nos Açores*, Sep. do IV Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX, Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2007, pp.665-698.

MATTOS, Lygia Maria da Câmara Almeida, *Ilha de São Miguel. Seu dialecto e literatura popular*. Ponta Delgada: Artes Gráficas, s/d.

NEMÉSIO, Vitorino, *Corsário das Ilhas*, Lisboa: Livraria Bertrand, 1956.

RIBEIRO, Luís da Silva, *Os Açores de Portugal. Conferencia*, Angra do Heroísmo: Livraria Editora Andrade, 1919.

RIBEIRO, Luís da Silva, «Habitação na Ilha Terceira» (1934), in *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*, nº27/28, 1958, pp.99-103.

RIBEIRO, Luís da Silva, *Obras. Etnografia Açoriana*, Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1982. Vol.I.

RUDOFISKY, Bernard, *Architecture without Architects. A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*, Albuquerque: University of New Mexico Press, 1964.

TOSTÕES, Ana Cristina, «Eclétismo, Revivalismo e a “Casa Portuguesa”», *Historia da Arte Portuguesa*, Dir. por Paulo Pereira, vol. III, Lisboa: Circulo de Leitores, 1995, pp. 507-591.

VASCONCELOS, José Leite de, *Mês de Sonho. Conspecto de etnografia açórica*. Lisboa, 1926.